produtos agrícolas (caso do Cruzado) quanto de queda das cotações (caso do Real), reforçando a hipótese de que os preços da terra têm mais a ver com a situação geral da economia do que com a do mercado agrícola.

Também os arrendamentos de terra foram desvalorizados no período, fato claramente ligado ao uso produtivo da terra.

Regionalmente, como seria de esperar, as maiores quedas nos preços da terra foram registradas no Centro-Oeste. A distância entre esta região e os centros consumidores contribuiu para uma maior deterioração da renda agrícola e, portanto, do interesse pela terra. A única exceção é o caso dos arrendamentos para estada ou engorda de animais, em que a maior redução se deu no Sul do país. Uma das causas prováveis é a ocorrência de um inverno ameno, que pode ter implicado menor necessidade de buscar fontes alternativas de alimento. Há, ainda, a considerar o fato de os preços do boi gordo terem registrado um desempenho bastante decepcionante, o que pode ter levado muitos pecuaristas a adiar a decisão de abate e, portanto, as despesas com alimentação do rebanho.

Quanto à relação entre o preço de venda de terras e o custo do arrendamento, observa-se que no primeiro semestre de 1995 a relação caiu, isto é, o dinheiro gasto para comprar um hectare de terra permite arrendar menos terra do que no semestre anterior. Como, evidentemente, o arrendamento de terras é uma decisão ligada ao seu uso produtivo, o fato de o preço de venda de terra ter caído mais do que o valor dos arrendamentos é mais um indicador de que, na atual conjuntura, o interesse por terra como reserva de valor diminuiu.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

SALÁRIOS RURAIS

Dois semestres de real

Apesar da crise que atinge a renda da agricultura, os salários rurais registraram recuperação significativa em 1995.

Após o Plano Real, os salários no meio rural registraram elevação, descontados os efeitos da inflação. A remuneração das categorias com contratos de maior duração (administrador, capataz, tratorista e mensalista) aumentou em média 20% entre o segundo semestre de 1994 e o primeiro de 1995. Os diaristas tiveram sua remuneração aumentada em 14%. Confrontados os dados de junho de 1995 com os de junho do ano anterior, observa-se que o maior crescimento ocorreu justamente nas diárias do trabalhador temporário, 64%, enquanto os outros tipos de trabalho aumentaram entre 29% (administrador) e 23% (mensalista).

Embora aparentemente os aumentos sejam expressivos, a comparação com um período maior mostra que se trata apenas de uma recuperação e que os salários rurais estão longe de atingir os patamares registrados nos anos 70 e muito menos os níveis alcançados após o Plano Cruzado

Explicar esses dados é tarefa complexa. De um lado, poderia argumentar-se que, dada a crise que o setor rural enfrenta, a lógica indicaria não haver espaço para melhorar o pagamento dos trabalhadores. Por outro lado, pode-se pensar que o aquecimento da economia nos primeiros meses do Plano Real teria propiciado a busca de emprego nas áreas urbanas, sobretudo na construção civil, e que portanto a escassez de oferta de mão-de-obra rural elevaria sua remuneração. O fato de que o ritmo do aumento dos salários rurais tenha diminuído nos meses mais recentes parece confirmar essa hipótese. Outro ponto que pode ser aventado é o de que esteja havendo mudanças qualitativas na demanda de mão-de-obra rural, isto é, que os empresários rurais estejam pagando mais porque estão empregando trabalhadores mais experientes.

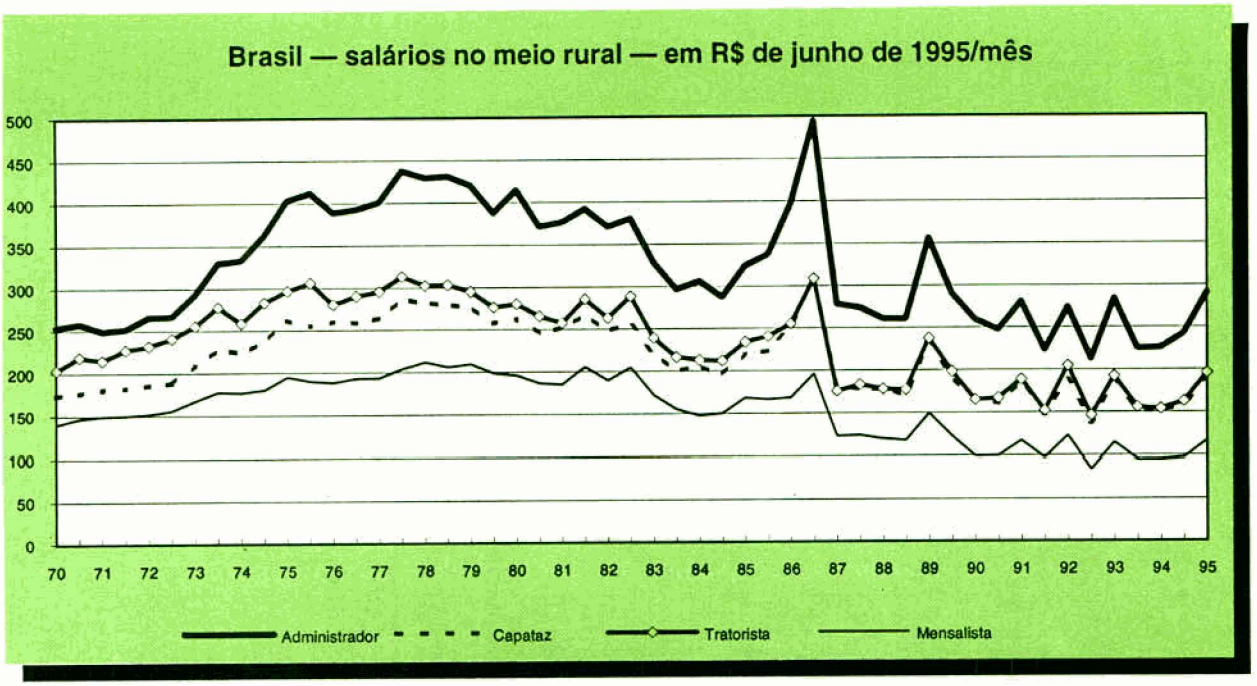
A informalidade do emprego e a dispersão do espaço agrícola, para não mencionar que o último censo agropecuário data de 1985, dificultam a obtenção de dados agregados sobre as condições de emprego na agricultura e, em conseqüência, reduzem os elementos para a análise.

Em termos regionais o que se observa é que os maiores salários são pagos no Centro-Oeste e no Sul e os menores no Nordeste. É também interessante observar que no Centro-Oeste se dão os maiores diferenciais entre os salários dos diversos tipos de ocupação mais qualificada, ao tempo em que o trabalho do mensalista é menos valorizado do que o do diarista. Na região, a remuneração do administrador supera em 106% a do tratorista e em 232% a do mensalista; já o salário do mensalista equivale a 17 diárias de um trabalhador temporário. Na região Sul, o administrador ganha mais 74% do que o tratorista e 183% mais do que o mensalista, enquanto um mensalista ganha o equivalente a 16 diárias. No Nordeste a situação se inverte: o administrador ganha apenas mais 24% do que

Brasil — salários no meio rural — em R$ de junho de 1995/mês

Região	Período	Administrador	Capataz	Tratorista	Mensalista	Diarista*
Norte	dez.92	252	160	165	86	4,03
	jun.93	339	205	224	122	4,71
	dez.93	261	192	204	102	3,35
	jun.94	301	200	136	89	4,07
	dez.94	327	213	145	86	5,67
	jun.95	372	232	218	117	5,68
Nordeste	dez.92	134	103	99	69	2,75
	jun.93	184	133	161	102	3,26
	dez.93	141	103	120	81	2,51
	jun.94	134	102	111	81	2,62
	dez.94	154	108	131	85	3,92
	jun.95	194	136	157	101	4,35
Sudeste	dez.92	221	141	136	86	3,60
	jun.93	301	197	190	119	4,74
	dez.93	244	162	153	101	3,89
	jun.94	255	167	157	102	4,26
	dez.94	266	172	164	103	5,91
	jun.95	309	203	197	123	7,26
Sul	dez.92	277	172	153	86	4,77
	jun.93	337	219	190	114	5,17
	dez.93	285	189	161	99	4,59
	jun.94	276	182	156	97	4,64
	dez.94	293	189	165	98	6,55
	jun.95	348	234	200	123	7,50
Centro-Oeste	dez.92	322	199	167	100	4,62
	jun.93	459	276	227	137	5,67
	dez.93	333	199	163	100	4,05
	jun.94	322	193	165	105	4,69
	dez.94	336	207	166	105	6,80
	jun.95	422	245	205	127	7,64
Brasil	dez.92	213	138	146	84	3,48
	jun.93	284	186	193	115	4,16
	dez.93	226	152	156	95	3,33
	jun.94	226	152	154	95	3,58
	dez.94	243	158	163	97	5,13
	jun.95	291	190	196	117	5,85

Fonte: FGV/Ibre/Cea.
* A remuneração por dia de trabalho.



um tratorista e 92% a mais do que o mensalista, enquanto este recebe o equivalente a 23 diárias de um bóia-fria.

Esses diferenciais podem ser explicados, entre outros fatores, pelo fato de que no Nordeste se concentra o maior contingente de mão-de-obra rural, 45% segundo o censo de 1985, enquanto no Centro-Oeste estão apenas 5%. É também no Nordeste que a produtividade das atividades agrícolas é mais baixa.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

SUCO DE LARANJA

O perigo está mais ao norte

Apesar das recentes mudanças ocorridas na produção mexicana de suco de laranja, o Brasil não tem motivos para temer uma eventual concorrência deste país, devendo antes atentar para o crescimento previsto na produção norte-americana.

Quando da criação do Nafta, não foram poucas as vozes que se levantaram alertando para a ameaça que esse acordo poderia representar a médio e longo prazos para o Brasil, na medida em que colocou o México em posição privilegiada para se tornar um eventual supridor de suco de laranja para os EUA.

Afinal, é sabido que as importações do suco por parte dos EUA se têm dado por dois motivos. O primeiro tem sido o excesso do consumo sobre a produção local, mesmo em anos de boa safra (entre os anos-safra 1988/89 e 1993/94, a produção norte-americana forneceu entre 61 e 87% do consumo interno). O segundo é a necessidade de adição do suco brasileiro ao norte-americano, de forma a se obter o *blending* necessário à reexportação para a Europa e o Japão.

No caso do segundo, não se dispõe de dados exatos relativamente à participação percentual do suco estrangeiro na composição das reexportações. Se no entanto tal sistema é necessário para assegurar as características ideais do suco vendido pelos EUA ao exterior, ele depende da certeza de uma importação da